

VOTO

Trata-se de tomada de contas especial (TCE) instaurada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE), contra Suleima Fraiha Pegado, ex-Secretária Executiva do Trabalho e Promoção Social do Estado do Pará (Seteps/PA), Leila Nazaré Gonzaga Machado, ex-Secretária Adjunta da Seteps/PA, Ana Catarina Peixoto de Brito, ex-Diretora da Universidade do Trabalho (Unitra), Centro Social de Valorização da Família (Cefam), entidade executora, e Renata Freitas de Azevedo Costa, Diretora Executiva do Cefam, em decorrência de irregularidades em convênio para execução de ações de educação profissional no âmbito do plano nacional de qualificação do trabalhador (Planfor).

O relatório do tomador de contas, em relação ao Contrato Administrativo 22/1999-Seteps e ao 1º termo aditivo, firmados entre a Seteps/PA e o Centro Social de Valorização da Família, concluiu que houve irregularidades na aplicação dos recursos do convênio, referentes à inexecução parcial do Contrato Administrativo 022/99-Seteps, em decorrência da não comprovação, por meio de documentos financeiros idôneos, de que os recursos liberados foram integralmente aplicados na execução das ações de educação profissional contratadas, sobretudo quanto ao recolhimento dos encargos e obrigações sociais; utilização irregular do expediente "dispensa de licitação" para contratação direta; ausência de comprovação da atestação da execução dos serviços; autorização ou ordenação de pagamento de parcelas sem que se comprovasse a efetiva execução das ações contratadas, sobretudo quanto ao recolhimento dos encargos e obrigações sociais; liberação de recursos sem a comprovação das exigências contratuais; omissão em designar representante da Administração para acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do aditivo/contrato; e omissão em designar servidor ou comissão para concretizar e formalizar o recebimento definitivo do objeto do aditivo/contrato (doc. 2, p. 161).

O débito apurado pelo tomador de contas, após análise das defesas apresentadas pelos responsáveis naquela fase da TCE, corresponde ao valor original de R\$ 97.143,56, referente à ausência de documentos probatórios da execução regular do contrato (doc. 2, p. 203).

Preliminarmente, excluo Renata Freitas de Azevedo Costa do polo passivo da relação jurídico-processual, por não haver evidências de que essa agente, na condição de diretora executiva do Centro Social de Valorização da Família, tenha dado causa ao desvio de recursos federais, oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Ressalto que o entendimento do Acórdão 2763/2011-TCU-Plenário, abaixo transcrito, se refere à hipótese em que pessoa jurídica de direito privado é conveniente e beneficiária de transferências voluntárias de recursos públicos da União:

9.2. firmar o seguinte entendimento quanto à responsabilização das pessoas que devem responder por danos ao erário ocorridos na aplicação de transferências voluntárias de recursos federais a entidades privadas, com vistas à consecução de uma finalidade pública:

9.2.1. na hipótese em que a pessoa jurídica de direito privado e seus administradores derem causa a dano ao erário na execução de avença celebrada com o poder público federal com vistas à realização de uma finalidade pública, incide sobre ambos a responsabilidade solidária pelo dano;

No caso concreto, como o Centro Social de Valorização da Família, pessoa jurídica de direito privado, atuou como entidade executora das ações de qualificação profissional, contratada pelo ente público conveniente, não se aplica o referido entendimento.

Por não terem atendido à citação, considero caracterizada a revelia de Ana Catarina Peixoto de Brito, do Centro Social de Valorização da Família e de sua diretora executiva, o que autoriza o prosseguimento do feito, consoante o disposto no art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/92.

As alegações de defesa apresentadas pela ex-secretária Suleima Fraiha Pegado e pela ex-secretária adjunta Leila Nazaré Gonzaga Machado, em resposta à citação, foram devidamente rejeitadas pela unidade técnica, conforme relatório que acompanha este voto.

Corretamente responsabilizados pelo dano ao Erário, as ex-secretárias da Seteps/PA, a ex-diretora da Unitra e o Centro Social de Valorização da Família não trouxeram elementos capazes de suprimir as irregularidades. Não apresentaram documentação comprobatória apta a sanear lacunas apontadas pelo tomador de contas, na execução físico-financeira do contrato, tampouco demonstraram sua boa-fé ou outros excludentes de culpabilidade.

Por esse motivo, julgo irregulares as contas de Suleima Fraiha Pegado, Leila Nazaré Gonzaga Machado, Ana Catarina Peixoto de Brito e do Centro Social de Valorização da Família, com base no art. 16, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei nº 8.443/92, e os condeno, em solidariedade, ao pagamento do débito apurado, aplicando-lhes, ainda, a multa individual prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92.

Ante o exposto, acolho a instrução da unidade técnica e o parecer do representante do Ministério Público, e voto no sentido de que seja aprovado o Acórdão que ora submeto à deliberação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 2 de dezembro de 2014.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Relator